

Parlamentaristas já pensam

a

domingo, 20/3/88 □ 1º caderno □ 5

em nomes para o Gabinete

Etevaldo Dias

BRASÍLIA — Caso a Constituinte aprove mesmo o parlamentarismo, o primeiro Gabinete deverá ser integrado, na opinião de políticos experientes, pelas mais expressivas lideranças de dentro e fora do Congresso. Eles estão certos de que o regime só sobreviverá se começar com nomes de credibilidade nacional, representantes dos mais diversos grupos partidários. "Temos que montar um gabinete inatacável, sem fisiologismos", prega a deputada Sandra Cavalcanti. Ela cita como exemplo o primeiro Gabinete de parlamentarismo, em 1961, que tinha como primeiro-ministro Tancredo Neves, e ministros como San Tiago Dantas, nas Relações Exteriores; Ulysses Guimarães, na Indústria e Comércio; Franco Montoro, no Trabalho; e Virgílio Távora no antigo Ministério de Obras Públicas.

O senador José Richa, histórico e incansável parlamentarista, tem horror de falar em nomes. Teme que ao se compor o Gabinete, ainda que apenas especulativamente, ocorram rachas perigosos nestes dias de decisão do sistema de governo. Mesmo assim, à sua revelia, começam a ser discutidos nomes. De acordo com líderes parlamentaristas, pelo menos dois critérios terão que ser seguidos: peso político e composição partidária.

Governabilidade — A idéia é formar uma espécie de Ministério de união nacional, para salvar o Brasil da crise econômica e política. "Não importa quais sejam os nomes, o principal é dar governabilidade ao país", comenta Richa. Por aí, se buscará a participação empresarial e sindical, não descartando nomes como do empresário Antônio Ermírio de Moraes e do sindicalista Luís Antônio Medeiros, seja como integrantes do governo ou de alianças.

Uma coisa é tida como certa: a formação do Gabinete de estréia tirará do Congresso suas maiores lideranças, tornando-o mais dócil às dificuldades dos primeiros tempos.

Mudança tem de cumprir etapas

A formação do governo no regime parlamentarista, de acordo com a proposta que será votada terça-feira, cumprirá as seguintes etapas:

□ O presidente da República, depois de ouvir o partido ou coligação majoritária da Câmara, indica o nome do candidato a primeiro-ministro.

□ No prazo de dez dias, o candidato a primeiro-ministro indica os nomes dos demais ministros e todos comparecem à Câmara para submeter à aprovação o programa de governo.

□ Quarenta e oito horas depois, começam os debates na Câmara, que podem durar, no máximo, três dias consecutivos.

□ Terminada a discussão, é facultado a um quinto dos membros da Câmara apresentar proposta de rejeição ao programa de governo, que será votada no prazo de cinco dias e considerada aprovada se obtiver a maioria absoluta (metade mais um) dos votos dos deputados. A rejeição do programa implica a rejeição do nome do candidato a primeiro-ministro.

□ No caso de rejeição, o presidente indicará novo nome e o processo se repetirá. Se houver nova rejeição, a Câmara elegerá, por maioria absoluta, o novo primeiro-ministro, sem debate prévio e sem indicação de nomes pelo presidente. O eleito será nomeado pelo presidente no prazo máximo de quarenta e oito horas.

□ Dez dias depois, o primeiro ministro e todos os integrantes do Conselho de Ministros por ele indicados comparecerão à Câmara para apresentar o programa de governo. Se não houver a aprovação da maioria da Câmara, o presidente da República poderá dissolver a Câmara e convocar novas eleições.

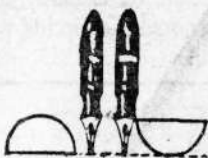
□ A qualquer momento, o primeiro-ministro pode pedir um voto de confiança à Câmara, que deverá ser aprovado por maioria absoluta. Rejeitado, o governo pedirá demissão.

□ Durante os seis primeiros meses de governo, a Câmara não poderá votar moção de censura ao governo. Depois disso, por iniciativa de um quinto de seus membros, poderá votá-la. Ela será aprovada se reunir a maioria absoluta. Vitoriosa a moção de censura, o governo deve se demitir.

Programa se baseará na austeridade

Seguros da vitória — tida como certa, na votação de ontem — líderes do parlamentarismo já se debruçam na elaboração de um programa de emergência para o primeiro ano de governo. A idéia é formar um pacto interpartidário, com a participação de lideranças sindicais e empresariais, em torno de um programa comum de governo, baseado na austeridade dos gastos públicos e na reformulação da política de salários e preços. Os partidos da coligação governista dariam crédito de confiança de um ano ao gabinete. Nesse período não se votaria moção reprobatória ou de censura aos ministros, medida pela qual a maioria do Congresso pode derrubar o Ministério.

O próprio presidente José Sarney, no caso de o parlamentarismo ser implantado imediatamente, teria que participar do pacto, para colaborar no programa de emergência. O senador José Richa, um dos líderes do movimento parlamentarista, acha que o objetivo dramaticamente urgente do novo sistema será o de "restaurar a governabilidade do país". O programa não é produto do improviso. Na verdade, vem sendo discutido em restrito círculo de parlamentaristas desde dezembro. Agora, às vésperas da votação do novo sistema de governo e se delineando a vitória do parlamentarismo, aumentou o número de participantes do debate das medidas de urgência. O núcleo original foi montado pelo sociólogo



Hélio Jaguaribe, com participação de um grupo de professores da PUC do Rio, entre eles o cientista social Mário Machado, o economista João Paulo de Almeida Magalhães, o vice-reitor Eurico Borba e o professor Isaac Kerstenetzky, ex-presidente do IBGE (cargo que perdeu no governo Figueiredo, depois de exercê-lo por nove anos).

Com o crescimento do parlamentarismo na Constituinte, aumentou o número de colaborações. No final desta semana, o esboço do programa deverá ser fundido com estudos feitos por um grupo liderado pelo governador de Goiás, Henrique Santillo, que também já se rendeu ao parlamentarismo já.

Embora os parlamentaristas fujam das perguntas sobre nomes prováveis para formação do primeiro gabinete, já começaram as especulações sobre ministeriáveis. Os parlamentaristas acham que primeiro Gabinete deverá ser formado com as mais expressivas lideranças do Congresso. Nomes citados: Mário Covas, José Richa, Jarbas Passarinho, Sandra Cavalcanti, Euclides Scalco, José Serra, Fernando Henrique Cardoso. Mas não será, segundo um dos líderes, um Gabinete formado apenas com parlamentares. Fala-se no empresário Antônio Ermírio de Moraes para ocupar um das pastas. A estratégia seria retirar do Congresso, jogando para dentro do governo exatamente os líderes que podem, num primeiro ano de governo, fustigar o recém-criado parlamentarismo. Com isso, o mais notório e inflexível adversário do sistema, o ex-governador Leonel Brizola, ficaria falando sozinho. (E.D.)

Por um equívoco, este texto não foi publicado na edição de ontem.

Aut
x